

# ADUNIOESTE

**SINDICATO DOCENTE DA UNIOESTE**  
**(Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional)**

## Adesão à paralisação do dia 14 de abril confirma: **NEGOCIAÇÃO, SÓ COM MOBILIZAÇÃO!**

A paralisação do dia 14 de abril realizada na UEPG, na Unicentro e na Unioeste repercutiu em todo o Paraná e obrigou o Governo do Estado a manifestar-se.

Na Unioeste, a adesão foi praticamente total (mais de 90%), tornando sem efeito a ação de pouquíssimos servidores (técnicos e docentes) que permaneceram desempenhando suas atividades, muito embora as aulas não tenham ocorrido regularmente. No centro de Cascavel, cerca de 500 pessoas (entre servidores técnico-administrativos, docentes e alunos dos *campi* de Cascavel, Toledo e Marechal Cândido Rondon, além de representantes da sociedade civil) realizaram um ato público, seguido de passeata pela principal avenida da cidade. Em Foz do Iguaçu também houve atividade de rua, com concentração na Praça do Mitre. Em Francisco Beltrão, além da mobilização no centro da cidade, foram realizados encontros no *campus* para discussão da situação do ensino superior público estadual. Em todas essas atividades foi distribuída à população uma Carta Aberta divulgando a situação das IEES e anunciando a disposição de servidores técnico-administrativos, docentes e alunos de levarem adiante suas reivindicações junto ao Governo do Estado.

Segundo levantamento da Regional Sul do ANDES-SN, a adesão dos docentes da UEPG e da Unicentro ao movimento superou o índice de 80%, contrariando a expectativa inicial do secretário Rizzi de que o movimento só ocorreria na Unioeste.

Na UEL, embora uma Carta Aberta à comunidade universitária tenha sido distribuída por alguns membros da Assuel (Sindicato dos Técnicos) e da Aduel (Associação dos Docentes – ANDES - SN), a paralisação não ocorreu. A UEM também não aderiu ao movimento. Esse fato fez com que o Governo tentasse desqualificar a importância da paralisação, sem obter sucesso. Diante das repercussões da paralisação do dia 14 de abril, o Governo Estadual, por meio do secretário Rizzi, foi obrigado a se manifestar publicamente. Vejamos algumas das declarações do secretário divulgadas na imprensa:

- Indagado sobre o reajuste salarial, o secretário informou que as reivindicações estão sendo estudadas, mas **ainda não há proposta a ser apresentada**. E quanto ao **reajuste salarial, recuperando as perdas acumuladas [mais de 60%]**, afirmou: **“É totalmente inviável. Não há a mínima possibilidade”** (Gazeta do Povo, 15/04/2005).

- Sobre o **PCCS dos servidores técnico-administrativos**, o secretário Rizzi falou de forma evasiva sobre o “compromisso do governo” com a sua regularização e **cita o abono de R\$ 300,00 como uma forma de atendimento a essa reivindicação** (Paraná – Online, 15/04/2005).

- Quanto ao **orçamento das universidades públicas estaduais**, o secretário diz que **os estudos que comprovam o descaso do governo estadual com o financiamento integral das IEES se fundam numa “análise matemática, tecnicista e equivocada”** (Gazeta do Povo, 15/04/2005).

Em suma, o secretário Rizzi reafirma na mídia aquilo que já sabemos: o Governo Estadual não tem compromisso com a qualidade do trabalho das IEES e por isso desrespeita as reivindicações da comunidade acadêmica. Essa conhecida e triste postura nos obriga também a reafirmar que

### **SEM MOBILIZAÇÃO, OS PROBLEMAS CONTINUARÃO SEM SOLUÇÃO!**

O Comitê Estadual aguarda ainda para essa semana o agendamento de uma audiência com a Presidência da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa. No sábado (amanhã), em Guarapuava, o Comitê Estadual se reunirá para avaliar a paralisação do dia 14 de abril e deliberar acerca de novos indicativos de mobilização para as IEES.

A Adunioeste (Sindicato Docente da Unioeste) entende que a paralisação realizada na UEPG, Unicentro e Unioeste cumpriu plenamente os objetivos almejados. A paralisação chamou a atenção da população sobre os problemas das universidades estaduais, angariou apoios e serviu para constranger o Governo Estadual que foi obrigado a se explicar sobre a grave situação vivenciada pelos estudantes, docentes e técnicos decorrente da

política de sucateamento do ensino superior público que vem sendo implementada pelo Governo Requião. Se o Governo Estadual sinaliza com o atendimento de parte de nossas reivindicações isso decorre das mobilizações que temos realizado desde o início do Governo Requião. A história da luta em defesa da universidade pública e da melhoria das condições de trabalho e de salário tem mostrado que os diferentes governos jamais atenderam nossas reivindicações sem que houvesse mobilizações que respaldassem o processo de negociações de nossas pautas de reivindicações. **A melhoria salarial, a aprovação de um novo Plano de Carreira dos técnicos e a ampliação do orçamento das universidades virá como resultado de nossas lutas. A passividade, o conformismo, a busca de saídas individuais e a negociação sem mobilização serve aos interesses do Governo.** Por isso reafirmamos os princípios que balizam a organização de nosso sindicato

**NEGOCIAÇÃO SÓ COM MOBILIZAÇÃO!  
NÃO CONQUISTA A VITÓRIA QUEM SE NEGA A LUTAR!**

## **TIDE VINCULADO À PESQUISA: POLÊMICA À VISTA??**

Na última reunião do CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) realizada no dia 20 de abril (quarta) veio à tona uma discussão polêmica sobre a concessão de TIDE ao docente que desenvolve atividades de pesquisa vinculadas a uma linha institucionalizada. Na reunião do CEPE o reitor explicitou que no seu entendimento o TIDE, se vinculado à pesquisa, deveria ser concedido ao docente apenas via **projeto de pesquisa. Os docentes não poderiam solicitar o TIDE via Plano de Atividades vinculado a uma linha de pesquisa.** Tal entendimento foi respaldado pelo Pró-reitor de Administração. Para defender que o TIDE dos docentes deve estar necessariamente vinculado a um projeto de pesquisa ou extensão se argumenta que a Lei Estadual nº 11.713/97 (Plano de Carreira dos Docentes e Técnicos), determina no parágrafo único do artigo 17 que: “Para o ingresso e permanência no regime de dedicação exclusiva os professores deverão, obrigatoriamente, **estar em consecução de projetos de pesquisa** ou extensão, além de atender ao estabelecido na lei e nas normas da Instituição de Ensino Superior” (grifo nosso).

De acordo com essa leitura restritiva da Lei 11.713/97 **os docentes que realizam atividades de pesquisa vinculados à uma linha institucionalizada, por meio de um Plano de Atividades, e que não tem projeto de pesquisa aprovado, não poderão solicitar a concessão do TIDE vinculado à tal atividade.**

Alguns membros do CEPE polemizaram com a interpretação do reitor e do Pró-reitor de Administração argumentando que na Unioeste o Regulamento para a concessão do TIDE (Anexo da Resolução nº 177/97 – CADE que “Aprova Regulamento para concessão de TIDE”) determina em seu art. 2º que “**o docente para ter direito ao TIDE, deve obrigatoriamente, além das atividades de ensino, participar também de atividades de Pesquisa** ou extensão, aprovados em Assembléia Departamental e em Conselho departamental”. Ou seja, o Regulamento do TIDE, aprovado em 04 de dezembro de 1997 e ainda vigente, **não determina que o TIDE deve ser concedido via projeto de pesquisa. O Regulamento determina, isto sim, que os docentes devem participar de atividades de pesquisa. Esse é o entendimento defendido pela ADUNIOESTE.**

Além disso, é bom lembrar que a Resolução nº 106/2004-CEPE que “Estabelece normas e procedimentos específicos para as atividades de pesquisa da Unioeste” determinou, em seu art. 7º: “**As atividades de pesquisa da Unioeste podem ser desenvolvidas na forma de projetos e/ou pela vinculação do pesquisador a uma Linha de Pesquisa Institucional**”. Tal resolução permite que o docente realize pesquisa vinculada a uma linha institucionalizada sem a necessidade apresentar um projeto. Basta apresentar um Plano de Atividades. Tal Plano de Atividades deve ser analisado e aprovado pela PRPPG.

Representantes da Adunioeste (Sindicato Docente da Unioeste) informados no mesmo dia da reunião do CEPE (20/04) sobre tal discussão passaram a buscar informações sobre os desdobramentos dessa polêmica. Representantes do Sindicato fizeram contato com os Pró-Reitores de Administração, de Pesquisa e com a vice-reitora. De acordo com as informações oficiais da reitoria, até a presente data nenhum docente teve negado o seu pedido de TIDE vinculado à uma linha de pesquisa. Ainda, de acordo com informações oficiais, foi concedido o TIDE a 18 (dezoito) docentes com atividades de pesquisa vinculados a uma linha institucionalizada, ou seja, sem projeto, com Plano de Atividades aprovado pela PRPPG. Essas são informações oficiais. Entretanto, a Adunioeste solicita ao docente que se julgou prejudicado na análise de seu pedido de concessão de TIDE via atividades de pesquisa vinculadas a uma linha institucionalizada que entre em contato com o sindicato ([adunioeste@ibest.com.br](mailto:adunioeste@ibest.com.br)).

De acordo com a Vice-reitora, hoje (28 de abril) o Reitor deverá se reunir com assessores para dar um parecer sobre a forma de concessão de Tide vinculado à pesquisa. Tal parecer será publicado na forma de Instrução de Serviço. **A Adunioeste já solicitou uma Audiência com o Reitor, em caráter de urgência, para tratar “sobre a forma de concessão de TIDE aos professores colaboradores e aos professores efetivos via projetos e/ou atividades vinculadas à linha de pesquisa”.** Novas informações sobre o assunto serão repassadas aos colegas docentes por meio de Boletim do sindicato.